



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 10/08/2021

1
2
3
4
5 No décimo dia do mês de agosto de 2021, às 09h, deu-se início à reunião on-line, realizada por meio da plataforma
6 Conferência, da CELEPAR, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a
7 População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Governamental**
8 **Titulares:** Dulce Maria Darolt – SEJUF/DEDIF/CPPOPRUA; Eliana de Fátima e Silva Vieira – SEED; Rosane
9 Souza Freitas – SESA; Ten. Danilo Alexandre Mori Azolini – SESP/PR/Londrina; Patrícia Cavichiollo Tortato –
10 SESUF/DAS/DPSE; **Governamental Suplentes:** Amélia Cabral Alesssi – SEJUF/DEDIF/CEIM. **Sociedade Civil**
11 **Titulares:** Julia Ferreira – CRP/PR; Franciele Ramos Padilha – Vila Vicentina de Ponta Grossa; Nazaré de Campos
12 Stihaeinco – Bom Samaritano de Cornélio Procópio; **Sociedade Civil Suplente:** Dra. Giovana Prezutti Denardi –
13 OAB/PR; João Victor – CRP/PR; **Convidados:** Adriana Perotoni Atanásio – Gerente da Média Complexidade –
14 CREAS, do Departamento de Proteção Social Especial, da Secretaria Municipal de Assistência Social do município
15 de Pinhais/PR; Roger Bruno – Centro-POP do município de Umuarama; Leila Rubini – Psicóloga do Serviço de
16 Acolhimento do município de São José dos Pinhais; Luana Lubke – SEJUF/DAS/DPSE; Naira Vasconcelos –
17 MPPR/CAOPJDH; Rafael – MPPR; Taisa Oliveira – DPPR; Denise Lisboa de Almeida – COHAPAR; Daiane
18 Ribeiro - Secretária Municipal de Assistência Social de São Mateus do Sul; Eloise Zanon Garcia – SEJUF/DEDIF;
19 Tamires – SEJUF/DAS/DPSE. **1. Abertura:** Sra. Dulce cumprimenta a todos, dando boas vindas. **2. Aprovação da**
20 **Pauta:** Pauta aprovada. **3. Aprovação das memórias das três reuniões que realizadas no mês de julho:** Reunião
21 ordinária do mês de julho, realizada em 13/07/2021, Memória da Live de lançamento da Nota Técnica Conjunta, de
22 27/07/2021, e Reunião extraordinária emergencial, de 28/07/2021: Memórias aprovadas. **4. Relatório sobre Ação**
23 **“Noite Fria” – Emergência das baixas temperaturas para atendimento à PSR:** Ações executadas: 1. reenvio aos
24 municípios a NT de Inverno 2021 do CIAMPRua/PR, por meio dos Escritórios Regionais da SEJUF, com
25 orientações para atendimento emergencial à PSR, em razão das baixas temperaturas; 2. convocação da Reunião
26 Extraordinária Emergencial do CIAMPRua-PR para alinhamento das ações para as baixas temperaturas; 3.
27 interlocução da SEJUF/DEDIF com a coordenação dos ERs para intermediação com os municípios, solicitando
28 atenção maior aos vulneráveis e à PSR; 4. parceria da SEJUF/DEDIF com a Defesa Civil para os atendimentos
29 emergenciais em todo o Estado do Paraná; 5. parceria entre SEJUF/DEDIF e SEAB/CEASA, para distribuição de
30 aproximadamente 5.000 kg de alimentos, entregues para 13 entidades que atendem a PSR; 6. parceria entre
31 SEJUF/DEDIF/AC e SESA: produção de vídeo sobre hipotermia, com participação de especialista da SESA, para
32 divulgação e compartilhamento pelas redes sociais; 7. Ações de convites para acolhimento da PSR e distribuição de
33 cobertores à PSR que não aceitou ir para po Acolhimento: estas Ações foram realizadas nos dias 28, 29 e 30/07/2021,
34 dias de frio mais extremo no município de Curitiba. Após solicitação do Ministério Público/PR, e do Movimento
35 Nacional da População em Situação de Rua, a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF,
36 disponibilizou 2 vans do Estado, e duas equipes técnicas, para ações em conjunto com o MNPR. No dia 28/07/2021:
37 das 19h às 22h, para acolhimento e entrega de 100 cobertores. Contou com a presença do Secretário da SEJUF, Sr.
38 Ney Leprevost e a Chefe do DEDIF, Sra. Angela Mendonça e da Técnica Jane Vargas; no dia 29/07/2021: das 19h à
39 01h30, com entrega pela SEJUF de 150 sopas para o Mesa Solidária e acolhimento de 24 PSRs, sendo 22 do gênero
40 masculino (uma delas foi encaminhada à UPa para atendimento) e 2 do gênero feminino; no dia 30/07/2021: das 19h
41 às 02h da madrugada, realizou o acolhimento de 19 PSRs, e entrega pela SEJUF de 150 sopas para o Mesa Solidária.
42 Finalizando, a Sra. Dulce agradece a todos que fizeram parte dessa mobilização e comemora não ter havido notícias
43 de vida perdida para o frio no Estado do Paraná. **05. Denúncia de não atendimento à PSR no município de São**
44 **Mateus do Sul:** Sra. Dulce relata que houve denúncia de que a PSR do município de São Mateus do Sul, não haviam
45 sido atendidas no período de frio e esclarece que foi solicitado que o ER que abrange o município entrasse em
46 contato com o ente e com o Sr. Leonildo, do MNPR, para interlocução. Em seguida, passa a palavra para a Daiane
47 Ribeiro, Secretária Municipal de Assistência Social de São Mateus do Sul. **5.1 Relato da Sra. Daiane:** que no
48 município o atendimento à PSR é feito pelo CREAS; que em junho o atendimento foi intensificado, tendo sido feita a
49 aquisição de cobertores, toalhas, kits de higiene e máscaras para oferta à PSR; que há duas pessoas em situação de
50 rua no município, alojadas em uma praça pública, onde fizeram uma barraca em torno de um quiosque, com
51 churrasqueira e mesa; que uma terceira pessoa aparece eventualmente na praça, quando não está em convívio com



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA e TRABALHO – SEJUF
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA – DEDIF
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua

sua família; que para as duas primeiras estão em processo de aluguel social; que outras 5 pessoas têm algum tipo de vínculo com a família, permanecendo na rua em alguns períodos; que depois de junho foram intensificadas as ações voltadas à PSR; que o município tem contrato com a Casa de Passagem São Vicente de Paulo, e que em reunião ficou acordado pelo acolhimento no local durante o período de frio; que todos recusaram a oferta de acolhimento na referida Casa de Passagem, feita em parceria do CRAS e CREAS, por conta de regras impostas (ex: proibição de cachorro); que o município ofereceu o ginásio, que também não foi aceito; que conversaram também com as famílias dos 5 citados, que aceitaram recebê-los; que durante os dias de frio intenso o município intensificou o atendimento, encaminhando para médico, CAPS etc; que durante o referido período houve 6 chamados, mas nenhum com êxito – ao chegar ao local, 10 ou 15 minutos depois, a pessoa já não estava mais, mas que segundo o cadastro da Prefeitura, não eram PSR; que na primeira semana de agosto houve 2 ou 3 atendimentos, mas que as pessoas não aceitaram o local, alegando que não permaneceriam em São Mateus do Sul, cederam artigos de vestuário de inverno; que toda a oferta e acolhimento possível foram feitos; que o município não deixou em nenhum momento de fornecer itens de inverno e alimentação. **5.2 Questionamentos:** A Sra. Naira questiona se a Dra. Aliana, Promotora de Justiça do município, entrou em contato, e a Sra. Daiane responde que sim. Sra. Dulce questiona se a Nota Técnica chegou ao município, no que a Sra. Daiane responde que sim, assim como NT do MP, e complementa dizendo: que no Cadastro Único do município constam 23 PSR, mas que essa não é a realidade; que o contato com as 3 PSR é quase diário; que houve uma conversa muito produtiva com o Sr. Leonildo, do MNPR, que esclareceu pontos importantes, como o respeito às limitações que as 3 PSR terão, assim como um necessário olhar sobre empregabilidade; que as outras 5 pessoas em situação de rua estão em processo de tentativa de fortalecimento do vínculo com a família. A Sra. Dulce pergunta se a Sra. Daiane sabe de onde partiu a denúncia. Sra. Daiane relata que há queixas da comunidade quanto ao fato de as 3 PSR estarem em uma praça pública do município; que culturalmente há certa dificuldade de se entender os serviços da política pública, em especial quando se trata de PSR; que há duas possibilidades: a denúncia ter partido de alguém mobilizado ou de alguém imbuído desse preconceito. Sra. Dulce diz-se contente que o município tenha tomado todas as providências e fala sobre a importância do aluguel social, que possibilita uma reestruturação na vida do PSR, com possível busca de cursos e reintegração no trabalho, por exemplo, assim como o projeto Moradia Primeiro, do CIAMPRuaPR. Sra. Daiane acrescenta a importância do processo de mobilização junto à comunidade, no sentido de que a acolhida vai além da empregabilidade. A Sra. Naira relata que o Sr. Leonildo fez contato com a Dra. Ana Carolina, Coordenadora do Núcleo POP RUA do CAOPJDH, que por sua vez fez contato prévio com a Dra. Aliana, Promotora de Justiça de São Mateus do Sul, para articulação conjunta de abordagem e acolhimento da PSR. O Sr. João Victor compartilha no chat da reunião: “Muito boa a compreensão da situação Sra. Daiane. Realmente o Moradia Primeiro e o Aluguel Social contribuem para a autonomia e reestruturação da população em situação de rua. Com relação à resistência por parte da população domiciliada, isto infelizmente é comum.” A Sra. Dulce agradece e coloca o CIAMRua à disposição. Sra. Daiane agradece o espaço de fala e se coloca à disposição. **5.3 Encaminhamentos:** Sem sugestões de encaminhamento. **06. Termo de Manifestação de Interesse – relatório sobre as adesões à Nota Técnica Conjunta – Alimentos à PSR:** a íntegra da live de lançamento da Nota Técnica continua no Youtube da SEJUF, por meio do link <https://www.youtube.com/watch?v=e0lPyma1shs&t=109s>. **6.1 Palestrantes:** ANGELA MENDONÇA, Chefe do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania – DEDIF/SEJUF; LARISSA MARSOLIK, Chefe do Departamento de Assistência Social – DAS/SEJUF e Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS; ROSELI PITTNER, Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; CAROLINA BULGACOV, representando CILENE GOMES, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da Oitava Região – CRN-8; LEONILDO MONTEIRO, Presidente do Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua e Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR no Estado do Paraná; JOSÉ WILSON, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA; e teve como mediadora a Sra. Dulce Darolt. **6.2 Participações:** A transmissão a live contou com 450 visualizações e a participação de 51 municípios, além de 8 Escritórios Regionais da SEJUF. **6.3 Adesão à NTC – Alimentos à PSR 2021:** Já aderiram à NT Conjunta os municípios de Cândido de Abreu, Castro, Cruzeiro do Oeste, Irati e Pato Branco. **6.4 Encaminhamentos:** No dia de ontem, 09/08/2021, foi enviado ao CONSEA o Ofício nº 026/2021 – CIAMP, solicitando ao Conselho o acompanhamento da NTC e do seu respectivo Termo de Manifestação de Interesse. **6.5 Sugestões:** Sem sugestões do colegiado. **07. Transporte de pessoas em situação de rua de uma cidade para outra: 7.1 Relatos:** A Sra. Leila, de São José dos Pinhais, informa que não conseguiu contato com o Sr. Raphael, também do município. Relata que no Centro Pop de SJP é rotineiro receber contato de outros municípios informando sobre a situação de uma PSR com alguma relação a SJP, mesmo não comprovando vínculo com o

105 município, usando como argumento para que a PSR seja encaminhado ao município. Diz que a PSR faz referência ao
106 território onde ela está, onde fica mais protegida, os serviços que acessa, e que o que se discute é a forma como se
107 faz, porque mesmo que a PSR tenha família ou tenha nascido em SJP, vínculo e desejo que a pessoa tem precisam ser
108 levados em consideração nesse momento. Por fim, ressalta a importância de que isso seja discutido e que haja
109 orientação nesse sentido. A Sra. Dulce passa a palavra para a Sra. Patricia, que cita a coerência da situação
110 apresentada. Que a vontade tem que partir da pessoa, e não do profissional que a atende, independentemente de
111 vínculo com outro município. Sugere que seja feita uma orientação para os municípios. A Sra. Dulce lembra de
112 situação da Regional de Cascavel, na qual se tratou da questão de municípios menores levarem itinerantes para
113 municípios maiores. Alguns desses municípios de pequeno porte, por contato telefônico, falaram que os de grande
114 porte têm verbas suficientes para atendê-los. Fala da possibilidade do DAS levantar os municípios que recebem
115 verba para atender a PSR, assim como alternativas para quando não há verba específica para a PSR. Questionada,
116 Sra. Leila diz que a orientação repassada ao usuário do serviço é errada, pois sugere que ele não pode ser atendido
117 naquele município. Sugere uma orientação para o próprio usuário do serviço, que reforce com ele seus direitos de
118 acesso aos serviços de proteção social, saúde, habitação. A Sra. Dulce passa a palavra para a Sra. Adriana, de Pinhais,
119 onde se atende a PSR via CREAS, que relata que a situação em questão vem ocorrendo também em um movimento
120 contrário ao relatado, ou seja, dos municípios maiores para os menores. Diz que, em Pinhais, busca-se o histórico de
121 atendimentos do indivíduo, mas que, no caso de ter família em outro território, abre-se a possibilidade de
122 restabelecer e fortalecer novamente os vínculos familiares. Quando o usuário quer retornar, é encaminhado, para que
123 se possa restabelecer os vínculos. É nisso que o técnico pensa quando faz o contato com outro município, com a
124 perspectiva de estar próximo a um serviço com maiores possibilidades de se trabalhar o retorno familiar. A Sra.
125 Dulce passa a fala para o Sr. Roger, de Umuarama, que ressalta a importância de uma eventual nota técnica, pois os
126 municípios precisam se articular. Relata que em Umuarama acontece de municípios encaminharem PSR para lá para
127 tratamento de saúde. Que a pessoa chega em situação precária, precisando de acolhimento, e não houve essa prévia
128 articulação entre quem encaminha e quem recebe. Cita o exemplo de 2 famílias estrangeiras, com crianças,
129 encaminhadas de outro município sem contato prévio na semana do frio. Em Umuarama, trabalha-se da seguinte
130 forma: se a PSR quer retornar à família, entram em contato com a família; se não tem vínculo com o município, é
131 negado o benefício eventual da passagem (pessoa sem vínculo vai se colocar em situação de rua também no outro
132 município). Frisa a importância de uma nota técnica padronizando essas situações. A Sra. Patricia, do DAS, ressalta a
133 importância das 3 situações colocadas, que apresentam estratégias e demandas diferentes entre si. Sugere que os
134 municípios trabalhem conjuntamente na elaboração de orientações, compartilhando as diferentes experiências como
135 estratégia para os demais, para que possam se espelhar e adequar a boa prática de outros municípios dentro de sua
136 realidade. Relata que nos municípios de pequeno porte muitas vezes não há PSR suficiente para manter um serviço
137 de alta complexidade e demanda, mas que o trabalho dos municípios tem que ser conjunto. A Sra. Nazaré diz ter
138 gostado da ideia de uma nota técnica, e que a partir dela poderão surgir novas ideias, e fala um pouco sobre os
139 serviços ofertados no município de Cornélio Procópio. Diz que lá a PSR é pequena, com atendimento bom e bem
140 avaliado, mas que falta almoço e atendimento de higiene pessoal nos fins de semana e feriados. **7.2**
141 **Encaminhamento:** Fica acordado que Adriana, Leila e Roger enviarão ao e-mail da Sra. Patricia as boas práticas de
142 seus respectivos municípios, ficando aberto a sugestões dos demais membros do colegiado. Encaminhamento
143 aprovado. **08. Apresentação do Projeto para o Plano Estadual para a População em Situação de Rua – eleição**
144 **de GT para a construção do Documento e demais demandas necessárias: 8.1 Projeto para o Plano Estadual:**
145 Sra. Dulce explica que a ideia inicial é o Comitê tomar conhecimento do projeto, para então realizar a construção
146 conjunta do Plano, e faz a seguinte leitura: “A construção deste Projeto Inicial, para o Plano Estadual da Política à
147 População em Situação de Rua do Estado do Paraná, foi realizado pela coordenação da Política para a População em
148 situação de rua, com a apresentação da historicidade desta política, os eixos propostos, o prólogo de cada eixo,
149 objetivos, e proposta das ações de cada eixo. A apresentação da proposta é preliminar, devendo na continuidade, o
150 Comitê decidir por um Grupo de Trabalho, para dar continuidade à elaboração do Plano Estadual PSR. Para o
151 período de vigência do Plano Estadual PSR, observamos que diversos outros Planos Estaduais de outras políticas,
152 colocaram vigência de 10 anos, com previsão de revisão a cada dois anos. Sugerimos adotar o mesmo raciocínio.
153 Para dar sequência, sugerimos os seguintes encaminhamentos: 1. Análise do seu conteúdo pela chefia do DEDIF;
154 (realizado) 2. Apresentar para o CIAMP RUA/PR; 3. Constituir um GT no Comitê, para a elaboração do PE/PSR;
155 4. Marcar a primeira reunião do GT/PE/PSR 5. No GT, Elaborar o Plano de Ação: com as planilhas para cada Eixo,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA e TRABALHO – SEJUF

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA – DEDIF

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua

12

13

14

156 contendo: Nº, Objetivo, Ações, Metas, Prazo de Execução, Monitoramento – com indicadores de resultados/e prazos,
 157 Responsável, Corresponsável, e Eixo das Diretrizes Nacionais. 6. Construção dos Marcos Legais; 7. Construção dos
 158 Marcos Situacionais; 6. Encaminhamentos para realizar reunião de ajustes, com os órgãos responsáveis pelas ações
 159 de cada eixo; 7. Encaminhamento das ações já ajustadas entre os órgãos, para consulta pública, no site da SEJUF; 8.
 160 Compilação sobre o resultado da consulta pública; 9. Após a compilação, retornar aos órgãos, para novos ajustes; 10.
 161 Minuta do Plano Estadual PSR, para a reanálise do CIAMPRua/PR”. E prossegue: “Os eixos do documento são: 1.
 162 Trabalho, Emprego e Geração de Renda 2. Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano 3. Assistência Social e
 163 Segurança Alimentar e Nutricional 4. Direitos Humanos e Segurança Pública 5. Cidadania, Mobilização,
 164 Participação e Controle Sociais 6. Educação 7. Saúde 8. Cultura, Esporte e Lazer”. **8.2 Esclarecimentos:** Sra. Dulce
 165 informa que o documento ora em análise foi elaborado com base em outros planos, e explica as tabelas apresentadas
 166 na proposta. A ideia é a formação de um Grupo de Trabalho para elaboração das ações a serem contempladas em
 167 cada um dos 8 eixos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Estado responsável pela respectiva política
 168 pública. De posse do documento, caberá ao órgão decidir as ações com possibilidade de execução e estipular as
 169 metas para cada uma delas. A Sra. Julia Ferreira, do CRP, fala sobre a importância em se pensar em uma consultoria
 170 jurídico-fiscal para análise dos recursos financeiros, ao que a Sra. Dulce diz, que em princípio não será necessário, já
 171 que cada Secretaria analisará suas possibilidades dentro das propostas do CIAMPRua, onde a parte que lhes cabe do
 172 Plano Estadual PSR, passará pelo crivo jurídico de cada órgão. Participantes não apresentam dúvidas. **8.3 Eleição do**
 173 **Grupo de Trabalho:** CRP-PR manifesta interesse em compor o GT, assim como a Sra. Adriana/Pinhais; a Sra.
 174 Rosane/SESA esclarece que no momento está inviável a participação em razão de outras demandas. A Sra. Dulce
 175 então enfatiza que os participantes do GT não precisam ser especialistas para propor as ações; que a Secretaria
 176 responsável pela política é que decidirá quais ações serão passíveis de realização, considerando o seu cronograma
 177 financeiro e orçamentário. Em seguida, as Sras. Franciele e Leila também argumentam demandas, assim como os
 178 representantes da COHAPAR e da SEED. Devido ao alto número de abstenções, coloca-se em votação a composição
 179 do GT com as seguintes hipóteses: 1) membros certos participando da construção de todo o Plano Estadual; ou 2)
 180 participantes efetivos e outros específicos para determinados eixos, conforme sua respectiva especialidade. A
 181 proposta acatada pela maioria absoluta é a de número 2. Habilitam-se para o grupo permanente: Patricia, Dulce,
 182 Amelia, João Victor, Julia, Adriana pinhais, Taisa (preliminarmente), Nazare e Franciele. Para o Eixo 1 não há
 183 inscritos; Eixo 2: Denise se abstém, alegando sobrecarga de demandas; Eixo 3: Patricia e Leila; Eixo 4: Tenente
 184 Azolini. Neste ponto, a Sra. Dulce relembra que todos os membros foram indicados pelo Secretário de Estado de
 185 seus respectivos órgãos e nomeados pelo Governador de Estado, para exercerem um papel fundamental no serviço
 186 público, da mesma forma que os especialistas, e que é fundamental o apoio de todos, visto ser um colegiado.
 187 Baseado nas sugestões, a Sra. Dulce propõe o convite a especialistas para cada eixo. O Tenente Azolini relata a
 188 intersectorialidade de cada eixo, sendo necessário especialistas em cada tema. Sugere que a cada reunião ordinária o
 189 Comitê discuta um eixo, com todos os participantes discutindo todos os temas. A Sra. Dulce esclarece que o
 190 acordado até então seria um grupo permanente, com participantes esporádicos, e que o ideal seria elaborar o Plano até
 191 o final do ano, mas que entende a grandeza da demanda. O Tenente Azolini acredita que com reuniões quinzenais até
 192 o fim do ano (além das plenárias mensais) será possível, e reitera sua ideia de todos os participantes fazerem parte do
 193 grupo principal. Diante do impasse, novamente abre-se nova votação para composição do GT, com duas
 194 possibilidades: 1) um grupo principal, com convidados dos órgãos governamentais responsáveis pela execução de
 195 cada eixo; e 2) todos os membros do CIAMPRUA-PR participam de todas as etapas da construção do Plano. Fica
 196 acordado que cada um consignará seu voto via e-mail ou no grupo do WhatsApp, para a escolha da opção. **07.**
 197 **Informes Membros e Gerais:** Sem informe. **08. Encerramento:** Sra. Dulce agradece a presença dos participantes,
 198 informando que entrará em contato com todos, dentro de 15 dias, para marcar a reunião sobre o Plano Estadual, e dá
 199 por encerrada a reunião. Memória redigida por Eloise Zanon Garcia e revisada por Dulce Darolt. A memória foi
 200 aprovada pelo Comitê, na reunião de 14 de setembro de 2021 e divulgada no Portal do CIAMPRua/PR.